

Mercado de trabalho e o acesso a terra no Espírito Santo entre 1888 e 1930

Elóra Cristóvão Travezani¹⁴⁷

RESUMO

O trabalho visa entender a dinâmica de acesso à terra no Espírito Santo por parte da população entre os anos de 1888 e 1930, avaliando a relação desse fator com a formação do mercado de trabalho capixaba e a posição de diferentes grupos (estrangeiros e nacionais, brancos e de cor) na economia do estado.

PALAVRAS-CHAVE: Espírito Santo; Estrutura Fundiária; Mercado de trabalho; Exclusão Étnica.

1. INTRODUÇÃO

Ao estudarmos a história do Brasil, o Espírito Santo muitas vezes tem sua importância econômica apagada dentro do contexto do Sudeste. Especialmente ao compararmos a sua estrutura cafeeira, principal atividade econômica da região entre o final do século XIX e o início do século XX, com os complexos vizinhos. Porém, para se entender a configuração do estado e o papel que ele tem hoje no país, é necessário nos debruçarmos sobre a sua formação econômica e demográfica, a fim de entender quem foram os trabalhadores que construíram o estado e suas posições nessa sociedade.

A transição entre escravidão e o "trabalho livre" foi um momento chave para o entendimento da formação econômica do Espírito Santo. Esse momento da história, que trataremos aqui como o

¹⁴⁷ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Bolsista pelo Programa de Educação Tutorial (PET Economia UFES/Sesu MEC).

período entre 1888 e 1930, foi responsável pela configuração do mercado de trabalho capixaba, estabelecendo novas relações de trabalho e organização social. Investigar esse momento histórico pode ser um caminho para esclarecer a exclusão social e econômica que persiste até os dias de hoje em nossa sociedade.

A relação entre mercado de trabalho e a propriedade rural pode ser observada se considerarmos o acesso aos meios de produção uma característica fundamental a distinção de classes e a ascensão social. Nesse sentido, é esperado que a discriminação ou a restrição à posse de propriedades agrícolas tenha um impacto na colocação dos grupos excluídos no mercado de trabalho.

Este artigo objetiva, portanto, compreender o impacto que a facilidade do acesso à terra pode ter sobre a colocação no mercado de trabalho e uma possível ascensão social no estado do Espírito Santo. Buscando esclarecer como se deu o acesso à terra entre os diferentes grupos étnicos na região, considerando as possíveis consequências na inserção econômica e social desses grupos.

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XIX E COMEÇO DO SÉCULO XX

O Espírito Santo passou todo o período colonial sem grande destaque, sua economia vegetara devido às restrições impostas pela Coroa, e também pela dificuldade em ocupar seu território. Ao exigir do estado a posição de faixa protetora da economia mineira, a Coroa Portuguesa minou o crescimento econômico capixaba (MORAES; COLOMBI; SABADINI, 2021). Além disso, a presença de índios na região dificultava a tomada do território. Dessa forma, quando foi instaurada a Primeira República, o estado ainda era um dos menos desenvolvidos do país e tinha uma presença tímida no potente sudeste cafeeiro (SALETTTO, 1996).

Essa letargia só começou a desaparecer em meados do século XIX, com a expansão do complexo cafeeiro do Vale do Paraíba fluminense (MORAES; COLOMBI; SABADINI, 2021). De acordo com Nara Saletto (1996), o café foi responsável pela ocupação do território, pelo crescimento da população e permitiu a integração do Espírito Santo com o mercado mundial. Tornou-se, então,

uma das atividades de maior impacto econômico para o estado, e assim permaneceu até a década de 1960, quando houve o programa de erradicação dos cafezais.

Mesmo o café tendo um destaque na economia regional, sua produção ainda não era muito expressiva a nível nacional. A cultura do café não encontrou infraestrutura, capital acumulado, boas condições naturais para o plantio e nem mesmo força de trabalho para se expandir. A única coisa abundante era terra, mas mesmo assim, essa ainda teria de ser conquistada dos índios (SALETTTO, 1996, p. 13).

Tal disponibilidade de terras atraiu um fluxo migratório vindo, principalmente, das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesse período, o estado recebeu tanto grandes fazendeiros e seus escravos provenientes do tráfico interprovincial, quanto modestos agricultores que procuraram nas vastas extensões de terra do Espírito Santo a oportunidade para estabelecer suas fazendas.

A expansão cafeeira afetou de forma diferente as regiões do estado, agindo mais agressivamente no sul capixaba. A região de Cachoeiro de Itapemirim transformou-se no epicentro de uma série de freguesias (FALEIROS, VARGAS; 2011), responsável por receber a maior parte dos latifúndios escravistas, enquanto as regiões ao norte só foram incorporadas tardiamente à expansão. Nesse mesmo período, a capital Vitória permaneceu uma cidade meramente administrativa, e a região serrana do Estado só foi ocupada pela formação de núcleos coloniais, durante o fluxo de imigração europeia.

Mais tarde, por volta de 1870, o estado ainda recebeu a chegada de nordestinos fugidos da seca e de imigrantes europeus, que criaram colônias no interior do estado, expandindo ainda mais a plantação do café. O resultado dessas migrações foi o aumento da população do Espírito Santo, de 35.352 em 1824 para 750.107 em 1940 (SALETTTO, 1996, p. 25).

A necessidade de mão de obra trouxe ao estado, principalmente à região sul, uma grande quantidade de negros escravizados para trabalhar nas lavouras. Estima-se que o número de escravizados teve um aumento de 84,6%, entre a década de 1850 e 1870 (MORAES; COLOMBI; SABADINI, 2021). Esse contingente foi formado durante a proibição do tráfico de africanos; logo, o

preço acentuado da mão de obra levou a um grande ônus aos fazendeiros do período (SALETTTO, 1996).

Com isso, quando ocorreu a abolição da escravidão, em 1888, a economia capixaba sofreu uma instabilidade. De acordo com Moraes, Colombi e Sabadini (2021), a partir desse momento, a maior parte das terras do estado foram desmembradas em médias e pequenas propriedades, mesmo as grandes propriedades da região sul, se adequaram a um sistema semelhante à produção familiar.

Mesmo com o impacto da abolição, a produção do café continuou crescendo no Espírito Santo, dessa vez tendo o imigrante europeu como protagonista de tal atividade. Como dito, o imigrante foi responsável pela povoação do interior do estado, criando colônias em localidades como, por exemplo, Santa Leopoldina, em 1857 (MORAES; COLOMBI; SABADINI, 2021). Esses, então, se inseriram na economia capixaba, principalmente na produção cafeeira familiar, mas também tiveram espaço nas grandes propriedades do sul.

No entanto, a principal mão de obra das grandes fazendas restantes, após o fim da abolição, era formada por trabalhadores nacionais (MORAES; COLOMBI; SABADINI, 2021). Este grupo era composto pela camada pobre da população livre ou liberta, que foi lentamente sendo incorporada à economia mercantil exportadora ao longo da crise da escravidão (SALETTTO, 1996, p. 12).

A formação econômica do Espírito Santo se caracteriza, então, por uma base fundiária formada por pequenas propriedades autossuficientes, tornando o processo de acumulação do capital lento e retardatário em relação às demais potências cafeeiras do sudeste brasileiro (FALEIROS, VARGAS; 2011). Conseqüentemente, a transição ao assalariamento permaneceu inconclusa na região, de forma que a mão de obra foi implementada, principalmente, no regime de parcerias, diferentemente do que aconteceu, por exemplo, em São Paulo.

Outra característica importante da economia capixaba desse período, que também influencia sua falta de capacidade de gerar relações mercantis, era sua dependência em relação ao Rio de Janeiro. Antes da chegada do café no Espírito Santo, a economia do estado consistia, basicamente, no comércio de açúcar e farinha de mandioca para o Rio de Janeiro e a Bahia. Já nos primeiros anos da

expansão cafeeira, o estado continuou dependente do sistema comercial e financeiro do Rio de Janeiro, de acordo com Nara Saletto (1996). Nesse período, toda a exportação era feita pelo Rio de Janeiro, o que onerava a província com altos custos de transporte e retardava o processo de acumulação no Espírito Santo, já que uma parte importante da renda gerada era apropriada pelo capital comercial do Rio de Janeiro.

Dessa forma, vemos a economia capixaba do pós-independência como um despertar: o estado que permaneceu adormecido durante a colonização vira um anexo para a expansão cafeeira do Vale do Paraíba fluminense, mesmo não tendo a mão de obra e o capital acumulado necessários para acompanhar o crescimento dos seus vizinhos do sudeste. O resultado é um estado dependente do investimento público, do sistema comercial dos polos de desenvolvimento do país e da migração, ao se tornar destino dos imigrantes de diferentes regiões.

3. POPULAÇÃO E O ACESSO À TERRA

A característica fragmentação da propriedade da terra, presente no Espírito Santo, contrasta com a realidade brasileira, tradicionalmente marcada pela concentração fundiária. De acordo com o recenseamento de 1920, da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 52% das propriedades do estado tinham menos de 101 hectares, enquanto essas eram apenas 9% das propriedades brasileiras.

É possível observar, no entanto, que o processo de apropriação das terras capixabas foi amplamente excludente (BERNARDO NETO, 2010), privilegiando os imigrantes estrangeiros brancos e seus descendentes. As políticas públicas implementadas no período demonstraram uma nítida marginalização da população nativa, preta e nacional, consequentemente colocando-as em desvantagem no cenário econômico presente.

3.1 A CHEGADA DO IMIGRANTE ESTRANGEIRO

O ponto chave para a formação da agricultura familiar no Espírito Santo é a vinda do imigrante europeu, a partir da política de colonização empreendida pelo Governo Imperial. Os primeiros

resultados de tal política foram visíveis já em 1813, com a chegada de 50 casais açorianos formadores do núcleo colonial São Agostinho (atual município de Viana). Algumas décadas depois, ainda antes do tráfico negreiro ser interrompido definitivamente, o Governo Imperial também foi responsável pela fundação das colônias de Santa Isabel, em 1847, e de Santa Leopoldina, em 1856. Além dessas, foram construídas mais duas colônias particulares em meados do século XIX, a de Rio Novo e a de Fransilvania – essa segunda não chegou a receber nenhum colono (ROCHA E COSSETTI, 1983).

O fluxo de imigrantes após a fundação das primeiras colônias estagnou, sendo retomado a partir de 1872, com a chegada massiva e contínua de europeus, no geral italianos, nas já existentes colônias e na formação de novas. De acordo com os dados levantados por Saletto (1996), o número de imigrantes entre 1873 a 1890 foi mais de seis vezes maior comparado às chegadas entre 1847 a 1872. Esse fenômeno pode ser atribuído, principalmente, ao processo de abolição da escravatura, responsável pelo aumento da necessidade de mão de obra, e ao programa de imigração posto em prática pelo governo capixaba, em especial por Muniz Freire (BERNARDO NETO, 2010).

A imigração estrangeira teve um papel importante na expansão demográfica e cafeeira do Espírito Santo. Apenas a colônia de Santa Leopoldina, no final do século XIX, teve o crescimento médio anual de sua população em 18% (ALMADA, 1993), e foi responsável por 16% da produção total de café da província (ROCHA E COSSETTI, 1983). A alocação dessas famílias se deu, de forma geral, pela distribuição de pequenas propriedades de terra, as quais, de acordo com a autora Vilma Almada, se caracterizavam por um solo extremamente acidentado e pouco fértil.

3.2. IMIGRAÇÃO NACIONAL

A chegada de imigrantes estrangeiros no Espírito Santo praticamente cessou com a queda na cotação de café, em meados da década de 1890, porém, o crescimento populacional do estado permaneceu intenso, comparado aos estados vizinhos (BERNARDO NETO, 2010).

Em sua obra, Almada (1993) liga a expansão demográfica da região do vale de Itabapoana, que obteve um crescimento médio anual da população de 7% entre 1900 e 1920, com uma intensa corrente de imigração vinda dos estados limítrofes do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Além disso, ao examinar os dados de crescimento da população de cor nos principais destinos dos citados migrantes, a autora conclui que o aumento dessa população de 338% no vale do Itabapoana e de 1850% no vale do Itapemirim, se explica pelo fato da migração nacional ser majoritariamente formada por descendentes de escravos e/ou libertos.

Sem dúvidas, a presença do imigrante nacional foi essencial para o desenvolvimento da cafeicultura no Espírito Santo, de forma que podemos considerar sua presença fundamental para a formação econômica do estado, tanto na função de povoamento, quanto no trabalho nas frentes cafeeiras, do sul ao centro-norte capixaba (ALMADA, 1993). Nos resta compreender como se deu a alocação desses trabalhadores na região após sua chegada, e além disso, como se deu o acesso à terra a esses trabalhadores.

3.3. A POSSE DA TERRA

A apropriação das terras de pequena propriedade no Espírito Santo se deu por três principais práticas: 1) Venda de lotes em projetos particulares de colonização; 2) A concessão de lotes em núcleos coloniais; 3) A regularização de posses (BERNARDO NETO, 2010).

O Espírito Santo recebeu uma parte de seus imigrantes estrangeiros em projetos particulares de colonização, nos quais, teoricamente, os empreendedores providenciaram a infraestrutura para a instalação do colono e era recompensado pela venda dos lotes. No entanto, devido a baixa especulação imobiliária no estado, a realidade não era essa; os empreendedores não tinham maior interesse na venda das terras, mas sim no comércio e beneficiamento do café produzido por esses trabalhadores. Além disso, os casos de fraude e da ocorrência de grilagens eram comuns nesse contexto (BERNARDO NETO, 2010).

Outra parte dos imigrantes estrangeiros eram recebidos pelos núcleos coloniais fundados pelo governo da província e pelo Império. Como dito, os núcleos coloniais ofereciam ao imigrante a concessão de lotes de terra, no geral na forma de pequenos imóveis, que se caracterizavam pela baixa qualidade, uma vez que se tratavam de terrenos acidentados e solos pouco férteis. Campos Júnior (apud PEREIRA; VASCONCELLOS, 2017) demonstra tal realidade ao afirmar,

“[...] e sim, receberam do governo local títulos de propriedades de terras, cultivando geralmente apenas um sexto da sua propriedade e deixando o restante em mata. O café em razão da maior lucratividade que proporcionava na exportação, era a mais importante atividade econômica do colono, e o milho apresentava-se como o suporte comercial do sítio, no período de entressafra do café garantindo a manutenção do seu estabelecimento. O excedente das colheitas de alimentos era vendido na praça comercial mais próxima, e o café, ao dono do armazém, onde faziam as compras. Essas colônias vinham atender principalmente a necessidade de ocupação do solo e número de habitantes na Província, predominando por isso a localização destas na região montanhosa central que ainda não era povoada.

Campos Júnior (1996, p. 97) diz que para cada família de imigrantes que chegava no Estado, o governo cedia uma parcela de terra em média com 25 hectares para que dela tirasse o sustento da família e procedesse ao povoamento das áreas não cultivadas. Os resultados que obtinham com a venda do café constituíam lucros extras, pois necessitavam de pouco para sobreviver, além daquilo que produziam nas suas terras [...]”

Entre essas, a prática mais difundida na apropriação de terras no Espírito Santo foi a ocupação territorial por pequenos lavradores que, após algum tempo, compravam a terra nas áreas invadidas.

A legislação vigente apontava a prática como ilegal, com base na Lei de Terras de 1850¹⁴⁸, no entanto, ao analisarmos o Decreto n° 4 de 4 de junho de 1892, através do qual Muniz Freire legislou nos termos da lei citada, são observáveis contradições e brechas, sem citar a dificuldade existente na medição e fiscalização a ser executada pelo Estado, que permitiram a generalização das ocupações (ALMADA, 1993).

Os imigrantes, então, se utilizavam das brechas existentes e também da fragmentação de algumas grandes oligarquias para ocupação das pequenas propriedades produtoras, como demonstra Almada (1993, p. 70)

“— Seguindo a tradição, poucos proprietários preocuparam-se, apesar do decreto de 1892, com os prazos estabelecidos por esta legislação para a regularização de suas terras, já que em 1899 o Governo, atendendo à reclamação do Comissário Geral de Medição de Terras, autoriza-o "a anunciar e vender em hasta pública os terrenos que, medidos e demarcados entre os anos de 1871 a 1897, não foram até esta data legitimados por falta de pagamento no prazo da lei". Além disso, muitos daqueles que detinham títulos legais referentes a sesmarias ou a posses garantida, não se preocuparam também em legitimá-las. Tomadas, então, como devolutas muitas terras pertencentes a particulares, foram invadidas e posteriormente vendidas em pequenos lotes.”

Contudo, esses processos de apropriação de terra e o acesso à propriedade rural no Espírito Santo se desdobraram de forma excludente. Bernardo Neto (2010) oferece uma reflexão sobre como a expansão da fronteira agrícola e a chamada “colonização” feita pelos imigrantes estrangeiros e seus descendentes expulsaram da terra os nativos que lá habitavam. A terra adquirida pelos imigrantes, em sua maior parte, já era ocupada pela população nativa, sem propriedade jurídica do terreno, porém, o imigrante ao se estabelecer no local e requerer o título da propriedade, obriga a população

¹⁴⁸ Lei n° 601 promulgada em 18 de setembro de 1850, dispositivo legal responsável pela regulação da ocupação de terras devolutas, que estabeleceu a compra como única forma de acesso a essas.

de cor nativa a migrar. Esse processo coloca a população nacional como principal responsável pelo “desbravamento” das matas e expansão da frente agrícola na região central-serrana, no Rio Doce, e provavelmente em todas que tenham ocorrido, pelo que afirma Saletto (1996).

O processo de compra e ocupação das terras devolutas, como afirma Almada (1993), se estabeleceu entre brechas e contradições jurídicas, de forma a gerar uma justiça arbitrária em respeito ao acesso à propriedade. Em consequência, ao passo que o governo legisla, incentivando a venda da terra, este acaba por gerar a despossessão dos menos favorecidos, seja por meio da influência política dos grandes fazendeiros interessados em vender as terras invadidas ao governo e usufruir da mão de obra dos posseiros, ou da perseguição dos estrangeiros e sua manipulação sobre o processo de ascensão social.

A autora evidencia esse processo por meio da documentação do período, a qual comprova a utilização, por parte dos grandes latifundiários, de subornos aos funcionários do Serviço de Terra do estado para atingir seus objetivos, além de aproveitarem-se de ameaças aos “posseiros criminosos” que, em geral, faziam parte da população de cor e grupos já criminalizados na sociedade pós-abolição.

Bernardo Neto (2010) afirma, ainda, que os custos para o processo de regularização das posses eram altos e não estavam ao alcance da possibilidade financeira da maioria dos posseiros. Custos com medições e atestados de autoridades judiciais e/ou policiais não eram uma realidade como mostra Saletto (1996),

“Em 1892 um colono requereu um ‘lote agrícola’, alegando não possuir terra, “sendo obrigado a trabalhar por conta alheia”. Recebeu 25ha e pagou pela medição, no ano seguinte 165\$360, e pela terra, 13 anos depois, 246\$632.” (Ibid, p. 154).

Utilizando-se de diversas estratégias a longo prazo, os imigrantes estrangeiros conseguiram o acesso à terra de maneira desproporcional ao trabalhador nativo. Em 1920, os imigrantes

representavam pouco mais de 7% da população e possuíam 20% das propriedades agrícolas. Os brasileiros, por sua vez, apresentaram uma relação de um proprietário de terra a cada 27 cidadãos.

Fica evidente, portanto, que os posseiros nativos dispõem de grande desvantagem ao acesso à terra, fenômeno gerado pelo abandono e marginalização da população nacional e de cor no período pós-abolição. Esses posseiros eram retirados de suas terras por não terem meios para regularizá-las e, conseqüentemente, acabam sendo colocados em uma posição de desigualdade no mercado de trabalho.

4. MERCADO DE TRABALHO

A partir da segunda metade do século XIX, novos atores emergem na economia capixaba. Ao longo do processo descrito de fragmentação dos latifúndios escravistas e da disseminação da pequena propriedade, surge a figura do comerciante. Ele era responsável pelo beneficiamento e comércio intermediário entre o pequeno produtor e as casas de comércio cariocas que exportavam o café. Durante o processo de compra e venda do café, o comerciante local expropria uma parte dos lucros desses produtores, explicando, assim, a ascensão da elite comercial no estado (MORAES; COLUMBI; SABADINI, 2021).

Bernardo Neto (2010) relaciona a formação da classe comerciante com a oligarquia cafeeicultora capixaba, sugerindo que a migração para as atividades comerciais seriam responsáveis pelo desaparecimento de muitas grandes fazendas. Nessa lógica, após a crise de mão de obra, o setor de comércio se mostrou mais rentável aos grandes fazendeiros do sul capixaba, ou pela venda de pequenos lotes a agricultores que se tornaram seus clientes, ou mesmo pelo abandono das terras que mais tarde seriam ocupadas pelos posseiros e vendidas para o estado, levando ao desmembramento das propriedades.

A origem da elite comercial pode ser também relacionada à parte dos imigrantes europeus que acabaram ascendendo socialmente do papel de pequeno proprietário a intermediários comerciais (MORAES; COLUMBI; SABADINI, 2021). Os trabalhadores estrangeiros, no geral, participavam da

produção cafeeira na agricultura familiar, tendo acesso facilitado à terra e ao cultivo próprio, e na mão de obra não assalariada das grandes fazendas. Nesse cenário, o posse da própria propriedade contribuiu para a ascensão e migração de setor por proprietários estrangeiros, porém esses casos não eram tão frequentes, assim como exemplifica Saletto (1996),

“Todas compraram propriedades, geralmente a prazo. Duas delas tiveram rápida ascensão; tornaram-se os comerciantes da colônia. As outras tiveram dificuldade para comprar e pagar a terra e permaneceram pobres, mesmo depois de se tornarem proprietários.” (Ibid, 1996, p. 166)

O amplo acesso à terra pelo imigrante foi responsável por uma maior participação do trabalhador nacional no mercado de trabalho do estado, já que esses não tinham os mesmos privilégios (MORAES; COLUMBI; SABADINI, 2021). O fim da escravidão, somado a disseminação do cultivo próprio entre os imigrantes, levaram a uma escassez de mão de obra nas grandes fazendas de café que restaram no sul capixaba, aumentando a demanda pelo trabalhador nacional e também seu poder de barganha. Com isso, o sistema de parcerias acabou prevalecendo no mercado de trabalho capixaba na forma da “meia”. Nesse sistema, o parceiro, ou meeiro, assumia uma parcela do cafezal para tratar ao longo do ano, colher e secar, pagava o beneficiamento, e dividia ao meio a produção, que geralmente era comercializada pelo cafeeiro (SALETTTO, 1996). Essa relação era vista como vantajosa pelo trabalhador ao permitir autonomia, dedicar tempo à produção de subsistência e não havia comando de terceiros sob seu trabalho, característica importante para aqueles que haviam passado pela escravidão (MORAES; COLUMBI; SABADINI, 2021).

Nesse contexto, fica clara a diferenciação existente entre os grupos étnicos que vivem no Espírito Santo, e sua colocação na economia capixaba. O abismo entre os trabalhadores brancos, pardos e pretos, nacionais e estrangeiros fica ainda mais claro ao utilizarmos dados de ocupações do período.

TABELA 1- PROFISSÕES POR COR EM VITÓRIA (1930)

Profissões	Branços	Pardos	Pretos	Total
Comerciantes e agentes comerciais	12	1	-	13
Funcionário Público	9	-	1	10
Liberais, professores, religiosos	8	-	-	8
Artesãos e trabalhadores especializados	11	10	3	24
Lavradores	11	11	5	27
Militares	2	2	1	5
Operários	8	8	6	22
Trabalhadores em transportes	10	8	8	26
Vendedores ambulantes	1	1	-	2
Comerciários	2	3	1	6
Trabalhadores em serviço	-	3	2	5
Total	74	47	27	148

Fonte: Saletto (1996, p. 231).

TABELA 2- PROFISSÕES POR COR EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (1930 E 1935)

Profissões	Branços	Pardos	Pretos	Total
Profissionais liberais e religiosos	4	-	-	4
Funcionários públicos	4	-	-	4
Comerciantes	7	2	-	9
Operários	13	10	15	38
Artesãos e trabalhadores especializados	4	8	2	14
Ferrovários	5	4	5	14
Serviço Doméstico	-	-	2	2
Trabalhadores braçais e jornaleiros	2	1	3	6
Militares	1	1	1	3
Comerciários	1	-	-	1
Tropeiros	-	1	-	1
Motoristas	-	-	1	1

Prostituta	-	-	1	1
Total	41	27	30	98

Fonte: Saletto (1996, p. 231).

No estudo elaborado por Saletto (1996), no qual ela coleta os dados obtidos a partir dos registros de óbito das cidades de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, podemos visualizar padrões presentes no mercado de trabalho capixaba. Ambas cidades apresentam distribuição semelhante de profissionais por cor, em que os brancos são representados quase exclusivamente em ocupações bem situadas na hierarquia social: Profissionais liberais, professores, funcionários públicos e comerciantes. A população preta, por sua vez, era composta majoritariamente por trabalhadores assalariados no setor de transporte e operários, enquanto a população parda era capaz de abranger mais campos profissionais, os quais a discriminação racial dificultava o acesso aos pretos, ficando em sua maioria como artesões e trabalhadores especializados.

TABELA 3- PROFISSÕES POR NACIONALIDADE EM VITÓRIA (1930)

	População			Participação Especial		
	Nacional	Estrangeira	Ignorada	Nacional	Estrangeira	Ignorada
Matéria-prima	123.638	9.546	21	28%	51%	2%
Indústrias	7.739	879	4	2%	5%	0%
Transportes	3.424	95	-	1%	1%	0%
Comércio	4.542	1.160	1	1%	6%	0%
Força Pública	1.070	2	-	0%	0%	0%
Administração e profissões liberais	2.946	188	1	1%	1%	0%
Pessoas que vivem de suas rendas	290	53	-	0%	0%	0%
Serviço doméstico	4.161	226	-	1%	1%	0%

Mal definidas	2.862	155	28	1%	1%	2%
Profissão não declarada e sem profissão	286.547	6.450	1.300	66%	34%	96%
Total	437.219	18.754	1.355	100%	100%	100%

Fonte: Recenseamento do Brasil 1920 (Elaboração própria)

Ao analisarmos os dados do Recenseamento de 1920, observamos uma parcela relativamente importante de estrangeiros atuando nos setores de comércio e indústria. Os imigrantes constituíam uma parcela pequena da população capixaba e se concentravam principalmente na agricultura. No entanto, constata-se que uma porcentagem relativamente maior de estrangeiros estava envolvida no comércio em comparação com a porcentagem de nacionais. Esse número corrobora a argumentação de que houve uma migração setorial de imigrantes, os quais assumiram a posição de responsáveis por entrepostos comerciais no estado, representando uma forma de ascensão social (MORAES; COLUMBI; SABADINI, 2021). É necessário reafirmar que a possibilidade de ascensão se deu privilegiando o estrangeiro em relação ao nacional, porém se deu de forma desigual entre os próprios estrangeiros, beneficiando apenas uma pequena parcela dessa população

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi demonstrar que mesmo sendo constituído de pequenas propriedades rurais, o Espírito Santo não necessariamente garante uma democracia na distribuição da terra. Historicamente, os grupos étnicos preteridos pela sociedade brasileira, como os trabalhadores nacionais e de cor, enfrentam restrições no acesso à terra, enquanto os imigrantes tiveram facilidades para legitimar sua posse ao chegar no território.

Portanto, podemos concluir que a combinação de fatores, entre eles a exclusão da população negra do acesso à terra e a ideia de superioridade do branco europeu resultou na falta de oportunidade de inserção dos nacionais na economia nascente naquele período, o que gerou uma significativa marginalização da dos negros e indígenas no mercado de trabalho. Além disso, a colocação dos trabalhadores nacionais dentro do sistema de parcerias capixaba permitia a exploração desse

grupo, graças a uma legislação seletiva e uma fiscalização eficiente na região, o que abria brechas para interesses particulares.

Essa situação resultou na inserção da população negra em ocupações de menor prestígio social, como meeiros, trabalhadores do setor de transporte e serviço doméstico, o que limitava a possibilidade de ascensão social. Enquanto isso, a cultura estrangeira foi exaltada e se tornou sinônimo de trabalho, representando a imagem da construção do estado capixaba. No entanto, Almada (1993) argumenta que esse fenômeno não foi resultado de uma suposta "aptidão étnica para o trabalho", mas sim devido ao acesso facilitado à terra, que se mostrou como o fator fundamental para a ascensão econômico-social da população estrangeira na sociedade capixaba.

É fundamental reconhecer que o estudo apresentado tem limitações na compreensão da realidade atual. Porém, ele pode servir como um ponto de partida para entender a exclusão da população negra no mercado de trabalho. Para uma compreensão mais aprofundada dessa questão, são necessárias investigações adicionais, levando em consideração as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas desde então.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Estudos sobre a Estrutura Agrária e a cafeicultura no Espírito Santo**. 1. ed. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920**, 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930. v.4 pte.5 t.1, cxlvii, 630 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920**, 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923. v.3 pte.1, lxxxvii, 512 p.

FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. **A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO: COMPLEXO CAFEIEIRO, ELITES E EXTRATERRITORIALIDADE NA PERIFERIA AGROEXPORTADORA**. In: IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª

Conferência Internacional de História de Empresas. Curitiba, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2011. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/rogerio-naques-faleiros-neide-cesar-vargas.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MORAES, Rafael; COLOMBI, Ana Paula Fregnani; SABADINI, Mauricio. **FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESPÍRITO SANTO: ESCRAVIZADOS, NACIONAIS E ESTRANGEIROS NA VIRADA DO SÉCULO XIX**. In: Anais do Encontro Nacional da ABET: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia. Anais... Uberlândia (MG), Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/abet_trabalho2021/342793-FORMACAO-DO-MERCADO-DE-TRABALHO-NO-ESPIRITO-SANTO--ESCRAVIZADOS-NACIONAIS-E-ESTRANGEIROS-NA-VIRADA-DO-SECULO-XIX. Acesso em: 06 jun. 2023.

NETO, Jaime Bernardo. **A DISSEMINAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS E A SELETIVIDADE ÉTNICO-RACIAL NO ACESSO A TERRAS NO ESPÍRITO SANTO (1850-1940)**. Geografares, [S. l.], n. 8, 2010. DOI: 10.7147/GEO8.1292. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1292>. Acesso em: 6 jun. 2023.

PEREIRA, Flavia Salles Nunes; VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **O período de transição da mão de obra escrava para o trabalho livre no Espírito Santo**. Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, v. 1, n. 1, p. 46-61, 2017. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Revista_APEES_numero_1.pdf. Acesso em: 6 jun. 2023.

ROCHA, Haroldo Correa; COSSETTI, Maria da Penha. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo – 1850/1930**. Vitória: UFES/CCJE/Dep. Economia/NEP, 1983.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores Nacionais e imigrantes no mercado de trabalho no Espírito Santo (1888 – 1930)**. 1. ed. Vitória: Edufes, 1996.